



Processo : 221506-9/21
Origem : INST PREV SERV PUB MESQUITA MESQUITAPREV
Setor :
Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO
Interessado : CÁTIA DA SILVA FERRAS
Observação : REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2020

Sr.^a Coordenadora da CAC-GESTÃO,

Trata o presente da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO** do **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita (Mesquita Prev)**, relativa ao exercício de **2020**.

1- DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Considerando critérios consubstanciados na legislação que rege a matéria, a presente prestação de contas será analisada com base na verificação de questões normativas, conforme fontes abaixo demonstradas:

**FONTES
DOS
CRITÉRIOS**

- Lei Complementar Estadual nº 63/90;
- Regimento Interno do TCE-RJ, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 167, de 10 de dezembro de 1992;
- Deliberação TCE-RJ nº 277, de 24 de agosto de 2017;
- Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000 (LRF);
- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP)
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado pela Portaria STN nº 877, de 19 de dezembro de 2018 e Portaria Conjunta STN/SOF nº 6, de 19 de dezembro de 2018;
- Plano de Contas Aplicada ao Setor Público – PCASP (IPC 00 anexo III);
- Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's) e Portarias STN;
- Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03;
- Leis Federais nºs 9.717/98, 9.796/99, 10.887/04, 13.485/17 e 13.846/19;
- Portarias MPS;
- Resolução CMN;
- Decreto Legislativo Federal nº 06/2020;
- Lei Complementar Federal nº 173/2020.

Dentre os elementos que devem integrar os processos de Prestação de Contas Anual de Gestão, conforme preceitua o artigo 5º da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, verifica-se que foram apresentados os seguintes:

Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17

Item	Documentos	Fls.
1	Ofício de encaminhamento assinado pelo titular da unidade jurisdicionada ou responsável competente.	01
2	Cadastros dos responsáveis, conforme Modelo 1 : - do responsável pelas contas; - do responsável pelo encaminhamento das contas; - do responsável pelo setor contábil; - do responsável pelo órgão de controle interno competente; - de outros responsáveis, conforme os casos previstos nos § 3º e § 4º, artigo 10 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, se for o caso.	02/06
3	Balancete Analítico evidenciando o saldo inicial, os créditos e débitos e o saldo final em 31/12.	07/17
4	Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada, de acordo com o Anexo 10 da LF nº 4.320/64.	18/20

Item	Documentos	Fls.
5	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, de acordo com o Anexo 11 da LF nº 4.320/64.	21/22
6	Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise.	23
7	Balanço Orçamentário, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise, acompanhado dos quadros: - execução de Restos a Pagar Não Processados; - execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.	24/27
8	Balanço Financeiro, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise.	28/29
9	Balanço Patrimonial, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise, acompanhado dos quadros: - dos ativos e passivos financeiros e permanentes; - das contas de compensação; - do superávit/déficit financeiro.	30/35
10	Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise.	36/41
11	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, na forma estabelecida pelo MCASP vigente no exercício em análise.	42/54
12	Demonstrativo da Dívida Flutuante, de acordo com o Anexo 17 da LF nº 4.320/64.	57
13	Demonstrativo da Dívida Fundada, de acordo com o Anexo 16 da LF nº 4.320/64.	55/56
14	Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e Quadros 1 e 2, conforme Modelo 2 .	58/61
15	Relatório elaborado pelo órgão de controle interno competente, com conteúdo mínimo previsto no Modelo 3B , além de outros considerados na abordagem baseada em risco para definição do escopo da auditoria e da natureza e extensão dos procedimentos aplicados, acompanhado de Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis.	--
16	Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno competente.	64
17	Declaração do Responsável pelo Setor Contábil, conforme Modelo 4 .	65
18	Cópia da Lei de criação do órgão previdenciário atualizada.	66/95
19	Relação das Unidades Gestoras do ente que devem contribuir para com o RPPS, tendo por competência o exercício em análise, conforme Modelo 8 .	96
20	Demonstrativo Consolidado evidenciando o montante das transferências recebidas pelo RPPS para cobertura de déficit atuarial no exercício ou declaração expressa de não ocorrência, conforme Modelo 9 .	97
21	Demonstrativo Consolidado evidenciando o montante das transferências recebidas pelo RPPS para cobertura de déficit financeiro no exercício ou declaração expressa de não ocorrência, conforme Modelo 10 .	98
22	Demonstrativo discriminando os investimentos mantidos pelo RPPS de acordo com as normas definidas pela Portaria CMN nº 3.922/2010 ou alterações posteriores, conforme Modelo 11 .	99/100
23	Cópia do Relatório de Avaliação Atuarial realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, referente à data-base de avaliação do encerramento do exercício a que se refere a prestação de contas, observados os	145/204

Item	Documentos	Fls.
	parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.	
24	Demonstrativo que evidencie a memória de cálculo do limite legal da taxa de administração no exercício, explicitando o percentual definido em lei, a ser utilizada na cobertura das despesas administrativas do regime próprio de previdência social, conforme Modelo 12 .	102
25	Demonstrativo que evidencie as despesas administrativas da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS no exercício para fins de verificação quanto ao limite legal da taxa de administração, conforme Modelo 13 .	103
26	Cópia do Relatório que definiu a política anual de investimentos e suas revisões, na forma do artigo 4º da Resolução CMN nº 3.922/2010 ou alterações posteriores, aprovado pelo órgão colegiado da unidade jurisdicionada.	104/124
27	Certificados dos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS no exercício, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011 ou alterações posteriores, conforme o caso.	125
28	Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP emitido pelo Ministério da Previdência Social, conforme critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/1998 ou alterações posteriores, que atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados, com validade na data de encerramento do exercício financeiro em análise.	144
29	Extrato Previdenciário com as informações sobre a situação do ente em relação a cada um dos critérios previstos na Lei nº 9.717/98 ou alterações posteriores, cuja regularidade é exigida para fins de emissão do CRP, com referência à data de encerramento do exercício financeiro em análise.	142/143
30	Demonstrativo dos montantes recebidos e pagos a título de compensação financeira no exercício, conforme estabelecido na Lei Federal nº 9.796/1999, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.112/1999, ou alterações posteriores, conforme Modelo 14 .	129
31	Demonstrativo Consolidado evidenciando o valor das contribuições regulares (servidor e patronal) devidas e arrecadadas pelo RPPS, conforme Modelo 34 .	130
32	Demonstrativo Consolidado evidenciando o valor das contribuições suplementares devidas e arrecadadas pelo RPPS, conforme Modelo 35 .	131
33	Demonstrativo das Contribuições Regulares (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RPPS no exercício, referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal do RPPS, conforme Modelo 36 .	132
34	Demonstrativo das Contribuições Suplementares devidas e efetivamente repassadas ao RPPS no exercício, referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal do RPPS, conforme Modelo 37 .	133
35	Demonstrativo das Contribuições (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RGPS no exercício, referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal do RPPS, conforme Modelo 38 .	134
36	Cópia dos Relatórios e pareceres de órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada no exercício em análise, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos (Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Conselhos Consultivos, Conselhos Deliberativos, Conselhos Municipais vinculados aos Fundos Especiais, dentre outros).	137/139

Item	Documentos	Fls.
37	Cópia do Ato que designou formalmente o servidor responsável pela gestão dos recursos do RPPS, no caso de gestão própria da execução da política de investimentos, acompanhado da comprovação de que este foi aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica difusão no mercado brasileiro de capitais, conforme exigência da Portaria MPS nº 519/2011 ou alterações posteriores.	136

NA – Não Aplicável

2- DOS RESPONSÁVEIS

Encontram-se a seguir relacionados os dados dos principais responsáveis pela Entidade Municipal no exercício em exame, conforme relação dos responsáveis e respectivos cadastros:

RESPONSÁVEL	NOME	PERÍODO
Pelas Contas	Murilo Sanches Rodrigues Leandro Machado Ferreira	01/01 a 16/03/2020 17/03 a 31/12/2020
Pelo encaminhamento das Contas	Cátia da Silva Ferraz	de 20/01/2021 em diante
Pelo Setor Contábil	Renata Reis Alves	01/04 a 31/12/2020
Pelo Órgão de Controle Interno Competente	Nicola Fabiano Palmieri	01/01 a 31/12/2020

Da análise dos cadastros dos responsáveis (Modelo 1 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
2.1	Consta dos Cadastros dos Responsáveis informação atestando a entrega de suas Declarações de Bens e Rendas à Unidade de Pessoal, de acordo com art. 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE-RJ nº 180/94?	X			02/06

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

3- DOS ASPECTOS GERAIS

Da análise da documentação apresentada, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
3.1	Os Demonstrativos Contábeis foram apresentados devidamente assinados pelo Responsável pelo Órgão e pelo Contabilista, na forma do artigo 15 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17?	X			18/57
3.2	Constam Notas Explicativas com informações complementares que auxiliem a análise dos Demonstrativos Contábeis, conforme orientação do MCASP, de acordo com a NBC TSP 11 – item 127 a 155?	X			42/54
3.3	Os saldos das contas guardam consonância com sua natureza devedora/credora, demonstrando a consistência das mesmas, conforme orientação da Parte IV do MCASP?	X			18/57

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

4- DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período, ressaltando-se que a verificação dos demais aspectos orçamentários do Município é efetuada quando do exame da Prestação de Contas de Governo Municipal do exercício em análise.

Tabela 1 - Execução Orçamentária da Receita

Descrição	Valor (R\$)
(A) Receita Prevista (atualizada)	21.468.201,51
(B) Receita Arrecadada	28.063.546,63
(C) Superávit de Arrecadação (B-A)	6.595.345,12

Fonte: Balanço Orçamentário, fls. 24/27.

Tabela 2 - Execução Orçamentária da Despesa

Descrição	Valor (R\$)
(A) Dotação Atualizada	21.468.201,51
(B) Despesa Realizada/Despesa Empenhada	9.040.346,91
(C) Economia Orçamentária (A-B)	12.427.854,60
(D) Despesa Liquidada	8.582.206,08
(E) Despesa Paga	8.563.870,74
(F) Restos a Pagar não processados (B-D)	458.140,83
(G) Restos a Pagar processados (D-E)	18.335,34

Fonte: Balanço Orçamentário, fls. 24/27.

A movimentação financeira decorrente da execução orçamentária se representa conforme quadro a seguir:

Tabela 3 - Resumo da Movimentação Financeira decorrente da Execução Orçamentária

Descrição	Valor (R\$)
(A) Receita Arrecadada	28.063.546,63
(B) Despesa Empenhada	9.040.346,91
(C) Transferências Financeiras Líquidas *	0,00
(D) Superávit (A-B) + C	19.023.199,72

Fonte: Balanços Orçamentário e Financeiro, fls. 24/29.

(*) Transferências Financeiras Líquidas = transferência recebida (-) transferência concedida.

Uma vez que a Portaria STN nº 339/01 determina que as transferências financeiras não sejam registradas orçamentariamente, estas foram incluídas na tabela acima, a fim de apresentar a real situação da movimentação financeira decorrente da execução orçamentária do órgão/entidade.

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
4.1	O Balanço Orçamentário atende às normas estabelecidas na Lei nº 4.320/64, bem como à nova estrutura estabelecida no MCASP?	X			24/27
4.2	A execução das despesas demonstrada no Balanço Orçamentário está condizente com o valor dos restos a pagar inscritos no exercício, informados no Balanço Financeiro, de acordo com o art. 103 da Lei nº 4.320/64?	X			Tabela 2
4.3	Houve déficit orçamentário, representando a ausência de equilíbrio financeiro do RPPS?		X		Tabela 3

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

5- DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período:

Tabela 4 - Balanço Financeiro

Descrição	Valor (R\$)
(A) Saldo do Exercício Anterior	150.558.237,46
(B) Receita Orçamentária	28.063.546,63
(C) Transferências Financeiras Recebidas	0,00
(D) Recebimentos Extraorçamentários	1.331.101,99
(E) Despesa Orçamentária	9.040.346,91
(F) Transferências Financeiras Concedidas	0,00
(G) Interferências Financeiras e Pagamentos Extraorçamentários	21.982.096,10
(H) Saldo para o Exercício Seguinte (A + B + C + D - E - F - G)	148.930.443,07
Resultado Financeiro do Exercício (H) - (A)	-1.627.794,39

Fonte: Balanço Financeiro, fls. 28/29.

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
5.1	O Balanço Financeiro atende às normas estabelecidas na Lei nº 4.320/64, bem como à nova estrutura estabelecida no MCASP?	X			28/29
5.2	O saldo das Disponibilidades para o Exercício Seguinte (Balanço Financeiro) encontra-se devidamente registrado no Ativo Circulante (Balanço Patrimonial), permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei nº 4.320/64 c/c NBC TSP Estrutura Conceitual?	X			28/35
5.3	O saldo das disponibilidades do exercício anterior no Balanço Financeiro confere com o saldo final da prestação de contas do exercício anterior?	X			28/29 e Proc. TCE-RJ nº 225.341-3/20
5.4	O Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras (Modelo 2 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17) apresenta informações consistentes e demonstra saldo final compatível com o Balanço Financeiro, em consonância com o art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64?		X		--
5.5	O total do saldo contábil em 31/12, apontado no Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras (Modelo 2 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), confere com os registros do Ativo Circulante (Balanço Patrimonial), permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei nº 4.320/64?		X		--

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
5.6	Os débitos e créditos, originados no exercício, em valores expressivos , estão identificados nos Quadros I e II do Modelo 2 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17 e encontram-se satisfatoriamente justificados nos autos?		X		--
5.7	Havendo débitos e créditos, originados em exercícios anteriores, em valores expressivos , há informação nos Quadros I e II do Modelo 2 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17 quanto à sua regularização no exercício em análise ou que justifique a não regularização destes?		X		--
5.8	A baixa (por pagamento) de Restos a Pagar evidenciada no Balanço Financeiro está em consonância com o registrado nos Anexos 1 e 2 que complementam o Balanço Orçamentário?	X			24/29
5.9	O Demonstrativo da Dívida Flutuante evidencia que as receitas extraorçamentárias decorrentes de retenções previdenciárias, consignações, fianças e cauções estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, confirmando o caráter transitório dessas contas?	X			57
5.10	O saldo evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante confere com o registrado no passivo financeiro demonstrado no Balanço Patrimonial?	X			30/35 e 57

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
5.4, 5.5, 5.6 e 5.7	O Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e Quadros 1 e 2 (Modelo 2) detalha tão-somente os saldos das contas bancárias que integram o grupo "Caixa e Equivalentes de Caixa" (no montante de R\$24.475.597,79), deixando de detalhar os saldos das contas que integram o grupo "Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo" (no montante de R\$124.454.845,28), impossibilitando a conclusão da análise proposta. Será objeto de solicitação ao jurisdicionado.

6- DO PATRIMÔNIO E SUAS VARIAÇÕES

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período:

Tabela 5 - Balanço Patrimonial

Descrição	R\$	Descrição	R\$
Ativo Circulante	199.300.049,13	Passivo Circulante	1.654.915,67
Ativo Não Circulante	38.561.836,89	Passivo Não Circulante	114.626.410,08
		Patrimônio Líquido	121.580.560,27
Total	237.861.886,02	Total	237.861.886,02
Ativo Financeiro	148.930.443,07	Passivo Financeiro	1.908.292,32
Ativo Permanente	88.931.442,95	Passivo Permanente	114.626.410,08
Saldo Patrimonial			121.327.183,62
Resultado Financeiro (Ativo Financeiro - Passivo Financeiro)			147.022.150,75

Fonte: Balanço Patrimonial – fls. 30/35.

Tabela 6 - Conferência do Patrimônio Líquido - PL

Variações Patrimoniais Quantitativas	Valor (R\$)
Variações Patrimoniais Aumentativas	41.586.185,05
Variações Patrimoniais Diminutivas	43.220.839,21
Resultado Patrimonial do Período (A)	-1.634.654,16
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL	
Resultado Acumulado do Exercício Anterior (B)	128.982.665,44
Ajustes de Exercícios Anteriores (C)	-5.767.451,01
Resultado Acumulado Apurado (D) = (A+B+C)	121.580.560,27
Total do Patrimônio Líquido Apurado (D)	121.580.560,27
Total do Patrimônio Líquido (Extraído BP) (E)	121.580.560,27
Diferença (F)= (D)-(E)	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial - fls. 30/35, DVP - fl. 23 e Proc. TCE-RJ nº 225.341-3/20.

Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64

Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido - BP	121.580.560,27
(B) SALDO de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	458.140,83
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	121.122.419,44
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	121.327.183,62
Diferença (E)= (C) - (D)	-204.764,18

Fonte: Balanço Patrimonial – fls. 30/35 e Balanços Orçamentário e Financeiro – fls. 24/29.

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
6.1	O Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais atendem às normas estabelecidas na Lei nº 4.320/64, bem como à nova estrutura estabelecida no MCASP?	X			23 e 30/35
6.2	O Resultado Patrimonial evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais é compatível com o respectivo registro no Balanço Patrimonial?	X			23 e 30/35
6.3	O valor apurado como Patrimônio Líquido está condizente com o PL demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme orientação do MCASP?	X			Tabela 6
6.4	O Patrimônio Líquido registrado na coluna “exercício anterior” é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, permitindo o conhecimento da composição patrimonial prevista no MCASP?	X			30/35 e Proc. TCE-RJ nº 225.341-3/20
6.5	O Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior” é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, permitindo o conhecimento da composição patrimonial prevista no art. 85 da Lei nº 4.320/64?		X		30/35 e Proc. TCE-RJ nº 225.341-3/20

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
6.6	O Saldo Patrimonial apurado está condizente com aquele registrado no Balanço Patrimonial, nos termos da Lei nº 4.320/64 e do MCASP?		X		Tabela 7
6.7	Foi evidenciada a composição e apresentada Nota Explicativa quantos aos valores registrados nas rubricas “Ajuste de Exercícios Anteriores” e “Ajuste de Avaliação Patrimonial”?		X		42/54
6.8	O Resultado Financeiro apurado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Ativo Financeiro - Passivo Financeiro) guarda paridade com o total dos Recursos constante do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro?	X			30/35

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
6.5	O Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior”, de R\$128.514.797,05, não guarda paridade com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, de R\$127.171.001,19, prejudicando o conhecimento da composição patrimonial prevista no art. 85 da Lei nº 4.320/64, o que deverá ser esclarecido pelo jurisdicionado.
6.6	Na Tabela 7, foi constatada uma diferença de R\$204.764,18 entre o Saldo Patrimonial ali apurado e o valor correspondente registrado no Balanço Patrimonial, o que deverá ser esclarecido pelo jurisdicionado.
6.7	Não foi evidenciada a composição e apresentada Nota Explicativa quantos aos valores registrados na rubrica “Ajuste de Exercícios Anteriores”, o que deverá ser esclarecido pelo jurisdicionado.

7- DO RELATÓRIO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL

Da análise da Declaração do Responsável pelo Setor Contábil (modelo 4, da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
7.1	O Responsável pelo Setor Contábil atesta a regularidade dos itens constantes do Relatório?	X			65

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

8- DO PRONUNCIAMENTO DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
8.1	O Relatório do Controle Interno foi elaborado com o conteúdo mínimo previsto no Modelo 3B?		X		--
8.2	No Relatório do Controle Interno e Certificado de Auditoria, há indicação de conformidade das contas?		X		--
8.3	O contabilista responsável pela emissão do Certificado apresentou a identificação da sua inscrição junto ao Conselho Regional de Contabilidade?		X		--
8.4	O Relatório de Controle Interno apresenta apontamentos coerentes com o detectado em nosso exame processual?		X		--

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
8.5	No caso de terem sido encontradas impropriedades e/ou irregularidades no Relatório do Controle Interno, foram adotadas medidas pelo Gestor para saneamento das mesmas?		X		--

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
8.1, 8.2, 8.3, 8.4 e 8.5	O Modelo 3B não consta dos autos, assim como o Certificado de Auditoria. Seu envio será solicitado ao MESQUITA PREV.

9- DAS UNIDADES GESTORAS QUE CONTRIBUEM PARA O RPPS

Conforme Modelo 8 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, constata-se as seguintes unidades gestoras contribuintes do RPPS:

1	Prefeitura Municipal
2	Câmara Municipal
3	Fundo Municipal de Saúde
4	Fundo Municipal de Assistência Social

As informações acima subsidiarão a análise dos tópicos posteriores. Observe-se que o próprio Mesquita Prev não foi arrolado entre as unidades gestoras contribuintes do RPPS, em contraste com o que consta dos modelos 36 e 37 (fls. 132/133), conforme será abordado no tópico 11, a seguir.

**10- DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS E EFETIVAMENTE REPASSADAS
PELAS UNIDADES GESTORAS AO RPPS**

Os Modelos 34 e 35 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17 evidenciam, respectivamente, as Contribuições Regulares (Servidores e Patronal) e as Contribuições Suplementares (Alíquota Suplementar e Aporte Periódico) devidas e efetivamente repassadas ao RPPS de forma consolidada, excetuando-se os valores referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal da Unidade Gestora do RPPS, cujo exame será realizado no próximo tópico.

Da análise da documentação pertinente efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
10.1	O total devido de contribuições dos servidores e patronal (regulares e suplementares) foi regularmente repassado ao RPPS no exercício?		X		130
10.2	O montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (regulares e suplementares), retido e repassado dentro do exercício pelo RPPS, foi devidamente registrado no Anexo 10?	X			18/20 e 130
10.3	O montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (regulares e suplementares), retido e não repassado dentro do exercício pelo RPPS, foi devidamente registrado no Balanço Patrimonial e/ou Balancete Analítico?	X			07/17, 30/35 e 130

NA - Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
10.1	Segundo o modelo 34, no que tange às contribuições patronais, eram devidos R\$14.293.105,32, mas foram repassados somente R\$119.235,38, o que deverá ser esclarecido pelo jurisdicionado.

11 - DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS E REPASSADAS PELOS SERVIDORES INTEGRANTES DA UNIDADE GESTORA DO RPPS

Os Modelos 36 e 37 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17 evidenciam as Contribuições Regulares (Servidores e Patronal) e as Contribuições Suplementares (Alíquota Suplementar e Aporte Periódico) devidas e efetivamente repassadas pelos servidores que integram o quadro de pessoal da Unidade Gestora do RPPS.

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
11.1	O total devido de contribuições dos servidores e patronal (regulares e suplementares) foi regularmente repassado ao RPPS no exercício?		X		132/133
11.2	O montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (regulares e suplementares), retido e repassado dentro do exercício pelo RPPS, foi devidamente registrado, respectivamente, no Demonstrativo da Dívida Flutuante e Anexo 11?		X		21/22 e 57

11.3	O montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (regulares e suplementares), retido e não repassado dentro do exercício pelo quadro de pessoal da unidade gestora do RPPS, foi devidamente registrado no Balanço Patrimonial e/ou Balancete Analítico?		X		21/22 e 57
------	---	--	---	--	------------

NA - Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
11.1	Segundo o modelo 36, no que tange às contribuições patronais, eram devidos R\$14.282.453,64, mas foram repassados somente R\$107.804,95. No que se refere ao modelo 37, eram devidos R\$1.840.017,09, mas foram repassados somente R\$6.903,86. Neste último, consta nota explicativa, segundo a qual a Prefeitura de Mesquita não repassou a parte patronal no exercício de 2020, sendo que os débitos compreendidos entre as competências de outubro de 2017 e junho de 2020 teriam sido abarcados pelo Termo de Acordo de Parcelamento nº 361/2021 e os débitos a partir de julho permaneciam pendentes de pagamento.
11.2	O montante das contribuições dos servidores e patronal (regulares e suplementares), retido e repassado dentro do exercício pelo RPPS, não foi devidamente registrado, respectivamente, no Demonstrativo da Dívida Flutuante e Anexo 11, o que deverá ser objeto de ressalva, quando do julgamento das presentes contas.
11.3	O montante das contribuições dos servidores e patronal (regulares e suplementares), retido e não repassado dentro do exercício pelo quadro de pessoal da unidade gestora do RPPS, não foi devidamente registrado no Balanço Patrimonial e/ou Balancete Analítico, o que deverá ser objeto de ressalva, quando do julgamento das presentes contas.

12- DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS E EFETIVAMENTE REPASSADAS AO RGPS PELOS SERVIDORES INTEGRANTES DA UNIDADE GESTORA DO RPPS

O Modelo 38 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17 discrimina os valores das Contribuições (Servidores e Patronal) recolhidas e efetivamente repassadas ao RGPS, referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal da Unidade Gestora do RPPS.

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
12.1	O total devido de contribuições (servidores e patronal) foi regularmente repassado ao RGPS no exercício?	X			134
12.2	O total das contribuições dos servidores repassado ao RGPS guarda paridade, aproximadamente, com o valor registrado no Demonstrativo da Dívida Flutuante?		X		57 e 134
12.3	O total das contribuições patronais repassado ao RGPS guarda paridade, aproximadamente, com o valor registrado no Anexo 11?		X		21/22 e 134

NA - Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
12.2	O total das contribuições dos servidores repassado ao RGPS, segundo o modelo 38, de R\$9.368,62, não guarda paridade com o Demonstrativo da Dívida Flutuante, no qual não constam valores retidos no exercício de 2020, de modo que os repasses realizados ao INSS, no valor de R\$15.734,87, se referem ao saldo do exercício anterior, o que deverá ser objeto de ressalva, quando do julgamento das presentes contas.
12.3	O total das contribuições patronais repassado ao RGPS, segundo o modelo 38, de R\$33.516,00, não guarda paridade com o valor registrado no Anexo 11, de R\$42.980,13, o que deverá ser objeto de ressalva, quando do julgamento das presentes contas.

13- DOS TERMOS DE PARCELAMENTOS

Da análise dos dados informados na Prestação de Contas de Governo Municipal no exercício de 2020 (Processo TCE-RJ nº 213.490-6/21), verifica-se a existência do seguinte parcelamento de débitos previdenciários junto ao RPPS:

DEMONSTRATIVO REFERENTE AOS TERMOS DE PARCELAMENTO JUNTO AO RPPS					
Número do Termo de Parcelamento	Data da Pactuação	Valor Total Pactuado (R\$)	Valor Devido no Exercício em Análise (R\$) (A)	Valor Recebido no Exercício em Análise (R\$) (B)	Valor que Deixou de Ser Repassado no Exercício (R\$) (C=A-B)
CADPREV nº 361/2021	01/02/2021	26.613.453,65	1.463.739,86	532.269,04	931.470,82

Fonte: Demonstrativo dos Termos de Parcelamentos das Contribuições Previdenciárias junto ao RPPS (Modelo 26).

No presente processo, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
13.1	Os acordos de parcelamento de débitos vigentes foram devidamente autorizados por Lei?	X			Vide quadro anterior
13.2	Os valores a receber referentes aos parcelamentos de débitos estão registrados no Balancete Analítico?	X			07/17

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, não foram constatadas impropriedades/irregularidades.

14- DA COBERTURA PARA O DÉFICIT ATUARIAL E FINANCEIRO

Da análise da documentação pertinente (Modelos 9 e 10 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
14.1	As transferências recebidas pelo ente para cobertura do déficit atuarial foram registradas na Demonstração das Variações Patrimoniais e/ou Balancete Analítico?			X	97
14.2	As transferências recebidas pelo ente para cobertura do déficit financeiro foram registradas no Balancete Financeiro?			X	98

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
14.1 e 14.2	Constam às fls. 97/98 declarações acerca da não existência de transferências para a cobertura de déficit financeiro no exercício de 2020.

15- DOS INVESTIMENTOS

Da análise da documentação pertinente (Modelo 11 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
15.1	Os investimentos mantidos pelo RPPS estão de acordo com as normas definidas pela Resolução CMN nº 3.992/2010 ou alterações posteriores, conforme declaração do Modelo 11?	X			99/100
15.2	Os investimentos mantidos pelo RPPS encontram-se devidamente registrados no Balanço Patrimonial e/ou no Balancete Analítico?	X			30/35
15.3	Consta no Extrato Previdenciário a regularidade nos critérios relativos aos investimentos dos recursos previdenciários?		X		142/143
15.4	Foi elaborado relatório que definiu a política anual de investimentos, na forma estabelecida na Portaria MPS nº 519/2011 ou alterações posteriores?	X			104/124
15.5	Foram certificados os responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS no exercício, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011 ou alterações posteriores?	X			125

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
15.3	Consta no Extrato Previdenciário irregularidade no seguinte critério relativo aos investimentos dos recursos previdenciários (a ser objeto de ressalva, quando do julgamento das presentes contas), salientando que o último CRP emitido tinha validade até 24/01/2016 (981116-133965): - Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN – Consistência

16- DO EXTRATO PREVIDENCIÁRIO E CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

Examinando o último extrato previdenciário emitido em 28/07/2015, com vigência até 24/01/2016, referente ao CRP nº 981116-133965, período que não abrange o exercício em análise, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
16.1	O município encontra-se em situação regular nos critérios estabelecidos pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia?		X		144
16.2	O Certificado de Regularidade Previdenciária foi emitido?		X		144

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
16.1 e 16.2	O CRP não pôde ser emitido em razão da não comprovação do cumprimento de critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/98, o que deverá ser objeto de ressalva, quando do julgamento das presentes contas.

17- DO ESTUDO ATUARIAL

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
17.1	Foi realizada Avaliação Atuarial no exercício?		X		101
17.2	A Avaliação Atuarial Anual foi realizada com data focal em 31 de dezembro do exercício findo?		X		145/204
17.3	O passivo atuarial constante na Avaliação Atuarial guarda paridade com o registro no passivo não circulante do Balanço Patrimonial?		X		30/35 e 145/204
17.4	Foram sugeridas medidas visando a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do ente?	X			145/204

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
17.1 e 17.2	Segundo declaração da Diretora Presidente do Mesquita Prev, Sr. ^a Cátia da Silva Ferraz, o estudo atuarial com data-focal em 31/12/2019 só foi realizado no início do exercício de 2021.
17.3	O Balanço Patrimonial registra “Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo” no montante de R\$114.626.410,08, enquanto a Avaliação Atuarial estima em R\$317.591.630,16 tal passivo, havendo, portanto, uma divergência de R\$ 202.965.220,08, que deverá ser objeto de ressalva quando do julgamento das presentes contas.

18- DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Da análise da documentação pertinente (Modelos 12 e 13 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
18.1	A taxa de Administração foi estabelecida em lei em até dois pontos percentuais do valor das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior, conforme artigo 15 da Portaria 402/08?	X			103
18.2	Foi observada a taxa de administração fixada para cobertura das despesas administrativas, conforme artigo 15 da Portaria 402/08?		X		103

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
18.2	O limite estabelecido para as despesas administrativas do exercício era de R\$820.596,84, enquanto as despesas administrativas realizadas alcançaram o montante de R\$883.853,89, tendo ocorrido um excesso de R\$63.257,05 (7,7% acima do limite), o que deverá ser objeto de ressalva, quando do julgamento das presentes contas.

Ressalta-se que a Portaria SEPRT/ME nº 19.451, de 18 de agosto de 2020, traz inovações a respeito da taxa de administração dos RPPS, alterando o art. 15 da Portaria MPS nº 402/2008, cabendo adequações pelos órgãos competentes até 31 de dezembro de 2021.

No sítio do Ministério do Trabalho e Previdência/Secretaria de Previdência, foram apresentados os seguintes apontamentos (<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/destaques/portaria-seprt-me-no-19-451-de-18-de-agosto-de-2020>), a seguir transcritos:

(...)

Para a cobertura das despesas administrativas dos RPPS, o limite da taxa de administração era de até 2% das remunerações dos servidores, aposentados e pensionistas do exercício anterior (art. 15 da Portaria MPS nº 402, de 2008), parâmetro não estava adequado às normas de atuária dos RPPS (Portaria MF nº 464,

de 2018), que prevê que o custeio administrativo deve ser somado à contribuição para cobertura dos benefícios e ter a mesma base de incidência (remuneração dos servidores). Além disso, não havia uniformidade no custeio dessas despesas (podendo ser por aporte ou percentual não somado às contribuições) e o limite não levava em conta o porte dos RPPS. Por outro lado, a norma vigente não direcionava esses recursos para aspectos voltados à uma maior profissionalização e governança dos regimes.

Assim, a nova Portaria SEPRT nº 19.451 passa a prever que a taxa de administração será sempre um percentual adicionado às contribuições do regime, vincula os limites de gastos aos percentuais arrecadados com essa finalidade e inaugura uma regulação proporcional à complexidade dos RPPS, aumentando os limites para os pequenos e médios regimes e reduzindo para os grandes, tendo por fundamento a divisão dos RPPS por grupo do Indicador de Situação Previdenciária dos RPPS - ISP-RPPS. Autoriza ainda, que a taxa seja acrescida em 20% para as despesas com a certificação institucional do RPPS no Pró-Gestão e para certificação profissional de seus dirigentes e conselheiros.

Novos valores da Taxa (s/ base de contribuição dos servidores ativos):

- a) até 2,0% para os RPPS de Estados/DF, indo até 2,4% (c/ Pró-Gestão e certificações);
- b) até 2,4% para os RPPS de Grande Porte, indo até 2,88%;
- c) até 3,0% para os RPPS de Médio Porte, indo até 3,6%;
- d) até 3,6% para os RPPS de Pequeno Porte, indo até 4,32%.

Os recursos que forem sendo recolhidos deverão ser separados dos destinados ao pagamento de benefícios e acumulados e podem ser usados também para manutenção e melhorias do patrimônio ou de bens vinculados ao RPPS, desde que garantida sua viabilidade econômica.

A contratação de assessoria ou consultoria, deverá ter por escopo atividades que contribuam para a melhoria da gestão, dos processos e dos controles do RPPS, não podendo substituir as atividades decisórias e as despesas com esses serviços passam a ter, como parâmetro geral, limite de gastos de 50% da taxa de administração, sendo estabelecido prazo de transição para adequação dos contratos firmados, até 31 de dezembro de 2021.

(...)

Pelo exposto, cabe **Comunicação** ao gestor do RPPS, a fim de alertá-lo quanto ao teor da Portaria SEPRT/ME nº 19.451, de 18 de agosto de 2020.

19- DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

Da análise da documentação pertinente (Modelo 14 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17), efetuou-se a verificação das seguintes questões normativas:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
19.1	Foram adotadas medidas pelo município com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que o RPPS tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para efeitos de aposentadoria, obedecidas as normas da Lei Federal nº 9.796/99, regulamentado pelo Decreto nº 10.188/2019, ou alterações posteriores?		X		129
19.2	O anexo 10 da Lei Federal 4.320/64 evidencia arrecadação a título de compensação previdenciária?		X		18/20

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
19.1	Não há nos autos qualquer indicação acerca da adoção de medidas pelo município com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que o RPPS tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para efeitos de aposentadoria, obedecidas as normas da Lei Federal nº 9.796/99, regulamentado pelo Decreto nº 10.188/2019, ou alterações posteriores.

20- DOS PARECERES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS E ENTIDADES

Da análise da documentação pertinente, efetuou-se a verificação da seguinte questão normativa:

QUESTÕES NORMATIVAS		CONDIÇÃO			Fls.
		Sim	Não	NA	
20.1	O parecer dos órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas foi favorável?		X		137/139

NA – Não Aplicável

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
20.1	O Conselho Fiscal do Mesquita Prev se pronunciou contrariamente, ou pela “reprovação”, das contas referentes ao exercício de 2020.

21– CONCLUSÃO

Em face do exposto, sugere-se a **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO SANEADOR**, com fundamento no art. 5º, § 2º, da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, o **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita (Mesquita Prev)** encaminhe os seguintes documentos e preste os seguintes esclarecimentos:

DOCUMENTOS

1) Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e Quadros 1 e 2, conforme **Modelo 2**, abarcando também as contas que integram o grupo “Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo” (no montante de R\$124.454.845,28);

2) Relatório elaborado pelo órgão de controle interno competente, com conteúdo mínimo previsto no **Modelo 3B**, além de outros considerados na abordagem baseada em risco para definição do escopo da auditoria e da natureza e extensão dos procedimentos aplicados, acompanhado de Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis;

ESCLARECIMENTOS

1) Quanto ao fato de o Saldo Patrimonial registrado na coluna “exercício anterior”, de R\$128.514.797,05, não guardar paridade com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, de R\$127.171.001,19, prejudicando o conhecimento da composição patrimonial prevista no art. 85 da Lei nº 4.320/64:

2) Quanto ao fato de, na Tabela 7, haver uma diferença de R\$204.764,18 entre o Saldo Patrimonial ali apurado e o valor correspondente registrado no Balanço Patrimonial:

Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64

Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido - BP	121.580.560,27
(B) SALDO de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	458.140,83
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	121.122.419,44
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	121.327.183,62
Diferença (E)= (C) - (D)	-204.764,18

Fonte: Balanço Patrimonial – fls. 30/35 e Balanços Orçamentário e Financeiro – fls. 24/29.

- 3) Quanto ao fato de, conforme o modelo 34, as contribuições patronais devidas somarem R\$14.293.105,32, enquanto foram repassados somente R\$119.235,38;
- 4) Quanto ao fato de, conforme o modelo 36, as contribuições patronais devidas somarem R\$14.282.453,64, enquanto foram repassados somente R\$107.804,95;
- 5) Quanto ao fato de, conforme o modelo 37, serem devidos R\$1.840.017,09, mas foram repassados somente R\$6.903,86;
- 6) Quanto à ausência nos autos de qualquer indicação acerca da adoção de medidas pelo município com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que o RPPS tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para efeitos de aposentadoria, obedecidas as normas da Lei Federal nº 9.796/99, regulamentado pelo Decreto nº 10.188/2019, ou alterações posteriores;
- 7) Quanto ao fato de o Conselho Fiscal do Mesquita Prev ter se pronunciado contrariamente, ou pela “reprovação”, das contas referentes ao exercício de 2020;
- 8) Quanto à não evidenciação da composição, ou ausência de Nota Explicativa, referente aos valores registrados na rubrica “Ajuste de Exercícios Anteriores” (R\$5.767.451,01).

CAC-GESTÃO, 27/07/2022

CLAUDIO SOARES DE SOUSA
Analista - Área de Controle Externo

Matrícula 02/003059

Senhor Subsecretário-Adjunto da SUB-CONTAS,

Em face da análise procedida por esta Coordenadoria e concordando com a sugestão constante da conclusão, encaminho-lhe o presente processo, em prosseguimento.

CAC-GESTÃO, 27/07/2022

PATRICIA RODRIGUES FERNANDES DE OLIVEIRA
Coordenadora-Geral
Matrícula 02/004346

Senhor Coordenador-Geral da CGC,

Com base na Deliberação TCE-RJ nº 311, de 6 de maio de 2020, publicado no D.O.RJ de 8 de maio de 2020 e na Portaria SGE nº 02, de 19 de outubro de 2021, publicada no D.O.RJ de 26 de outubro de 2021, remeto os autos à Vossa Senhoria para fins de expedição de ofício nos termos propostos.

SUB-CONTAS, 27/07/2022

DIEGO RAMOS FERREIRA DA SILVA
Subsecretário-Adjunto



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SUBSECRETARIA CONT CONTAS GESTÃO FISCAL
COORD AUD DE CONTAS DE GESTÃO

TCE-RJ
Processo nº 221506-9/21
Rubrica Fls. 32

TCE-RJ
Fls. 236
No. Processo: 221506-9/2021

Matrícula 02/004310